



**Salário mínimo**

**R\$ 1.100**

**Dólar**  
Na quinta-feira

**R\$ 5,256**  
(▲ 0,67%)

Últimas cotações (em R\$)

5/agosto	5,186
6/agosto	5,186
9/agosto	5,247
10/agosto	5,196
11/agosto	5,221

**Euro**  
Comercial, venda na quinta-feira

**R\$ 6,168**

**Capital de giro**  
Na quinta-feira

**6,76%**

**CDB**  
Prefixado 30 dias (ao ano)

**5,25%**

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

Março/2021	0,93
Abril/2021	0,31
Maió/2021	0,83
Junho/2021	0,53
Julho/2021	0,96

## >> entrevista JOÃO ROMA

MINISTRO DA CIDADANIA

Programa Auxílio Brasil, que deve substituir o Bolsa Família a partir de novembro, promete aumentar o benefício e integrar políticas sociais para permitir a emancipação dos assistidos. Fontes de recursos, porém, ainda não estão asseguradas

# Governo lança auxílio com valor em aberto

» JOÃO VITOR TAVAREZ\*

Com o Auxílio Brasil, programa de transferência de renda que deve substituir o Bolsa Família a partir de novembro, o governo pretende fortalecer as políticas públicas voltadas à população mais vulnerável e, ao mesmo tempo, oferecer instrumentos para que as pessoas ganhem acesso ao mercado e trabalho e maior autonomia. O programa, porém, nasce sem recursos definidos e também não se sabe o valor do novo benefício. O presidente Jair Bolsonaro promete aumentar em pelo menos 50% o atual benefício médio do Bolsa Família, de R\$ 189, e a intenção é ampliar em cerca de 1,5 milhão o total de famílias beneficiadas. Além disso, o Auxílio Brasil engloba nove benefícios diferentes.

O alcance desses objetivos depende, entre outras medidas, da aprovação da polêmica PEC dos Precatórios, que adia por até 10 anos o pagamento de dívidas judiciais da União. Segundo o ministro da Cidadania, João Roma, o governo tem R\$ 35 bilhões para o programa em 2022, mas é preciso mais. O ministro foi o entrevistado de ontem do CB.Poder, parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. Veja os principais trechos da entrevista:

O que o programa Auxílio Brasil traz de diferente?

O Auxílio Brasil vem fortalecer os programas de distribuição de renda, e nós queremos ampliar o número de beneficiários. É cada vez mais, além de gerar proteção à população em situação de vulnerabilidade, oferecer trilhas para que esse cidadão busque sua emancipação.

Por que há muitos programas dentro de um só?

O programa tem novos ingredientes e ferramentas, cujo foco é justamente integrar políticas públicas que viabilizem a transformação social. O Alimenta Brasil poderá fortalecer a agricultura familiar, no sentido de garantir a compra de alimentos, destinando os produtos àqueles que mais precisam. No caso das pessoas em áreas urbanas, o incentivo ocorre por meio de empreendedorismo, microcrédito e educação financeira. Os auxílios Científico e Esportivo visam assegurar que aquele jovem que consiga se destacar em tais quesitos receba um auxílio que garanta igualdade na disputa com outros jovens, de famílias mais abastadas. Há, ainda, o Primeira Infância, voltado a famílias com crianças de até três anos; o Composição Familiar, que atende jovens até 21 anos para que completem a escolaridade; e o Auxílio Criança Cidadã, direcionado a famílias que não encontram vagas em creches públicas.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Roma: direcionamento de verbas para o programa vai respeitar teto de gastos e responsabilidade fiscal

Quanto vai custar o Auxílio Brasil?

Atualmente, o ticket médio do programa é de R\$ 189. O presidente Jair Bolsonaro já anunciou que pretende dar um reajuste de pelo menos 50% do valor do benefício, mas a medida provisória (MP 1061/21) não versa sobre valores. Para o próximo ano, já estão assegurados R\$ 35 bilhões. Podemos chegar a mais, é a nossa expectativa. Mas dentro do teto de gastos, seguindo a

Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para este ano já tem o valor?

Para este ano, já temos recursos assegurados, que são justamente do Bolsa Família executado em paralelo com o auxílio emergencial, inclusive a fim de tornar o ticket maior. Mas precisamos fazer isso como uma despesa continuada que aponte, também, para o próximo ano. Portanto, é necessário aguardar o envio da Lei de

Diretrizes Orçamentárias ao Congresso no final de agosto.

O foco, então, são as portas de saída?

Exatamente, de modo a propiciar a emancipação do cidadão. Inclusive, criamos o Auxílio Inclusão, que viabiliza ao assistido assinar a carteira de trabalho sem perder os benefícios e tendo, portanto, regras de permanência mais claras. O mesmo fizemos, há cerca de

dois meses, no Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Quantas pessoas serão beneficiadas?

Hoje, estão no programa cerca de 14,6 milhões. Vamos buscar zerar a fila, colocando aproximadamente mais 1,5 milhão (que estão na fila) de pessoas no programa.

Esse reajuste depende da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios?

Naturalmente, a PEC interfere nas finanças públicas e, portanto, no orçamento do governo federal para o próximo ano, uma vez que os precatórios aumentaram muito, sem a devida previsibilidade. Então, a aprovação dessa PEC assegura recursos para o fortalecimento dos programas de assistência social.

Tem empréstimo consignado dentro do Auxílio Brasil?

Temos, sim, um quesito de microcrédito na medida provisória, justamente para alcançar brasileiros sem acesso ao sistema bancário. Esse grupo, muitas vezes, está endividado e não consegue crédito com juros mais baixos. Pode até vir a ser crédito consignado. Mas isso será regulamentado posteriormente.

\*Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo

## REFORMA TRIBUTÁRIA

# Sob pressão, relator muda novamente projeto do IR

O relator do projeto de lei 2.337/21 da reforma do Imposto de Renda, Celso Sabino (PSDB-PA), fez mais uma alteração no seu relatório na noite de ontem. Ao todo, são, pelo menos, cinco versões apresentadas pelo deputado. Desta vez, ele reduziu o corte previsto

na alíquota do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ).

Empresas pagarão, em 2022, 6,5% no IRPJ e não haverá uma redução para 5,5% em 2023, como previsto na versão protocolada na última quarta-feira. Durante as discussões do projeto, em

julho, Sabino chegou a apresentar uma versão em que a alíquota do IRPJ seria reduzida para 2,5%, mas voltou atrás.

A mudança na alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), presente já na versão anterior do relatório, fica man-

tida. Com isso, a CSLL, que hoje é de 9% para as empresas em geral, passa a ser de 7,5% já em 2022.

Assim, a tributação nominal da renda no caso das empresas passa a ser de 24%. Isso, segundo o relator, está "em estrito alinhamento ao praticado no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE)". A tributação de lucros e dividendos em 20% fica mantida, com a isenção no caso de empresas com receita até R\$ 4,8 milhões por ano, limitada a R\$ 20 mil por mês por beneficiário.

O relator manteve, também, a

atualização na tabela do IR de pessoas físicas, que prevê aumento da faixa de isenção dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil. O fim do desconto simplificado de 20% para aqueles que recebem até R\$ 40 mil por ano (R\$ 3,3 mil mensais) também foi mantido.

A nova versão do relatório foi anunciada pelo próprio Sabino, em sessão deliberativa extraordinária na tarde de ontem. O texto foi protocolado à noite, após o PL 2.337 ser retirado da pauta do plenário da Câmara, onde estava desde a semana passada, quando

passou a tramitar em regime de urgência.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a dizer que o texto seria votado ontem, mas não houve acordo entre as lideranças dos partidos, que propuseram que o tema volte a ser discutido na próxima terça-feira. Lira atendeu o pedido, mas criticou os deputados. "Há um momento que não há como avançar, não há como fazer", disse. Ele afirmou, ainda, que nunca será possível chegar a um consenso em matéria tributária.

# IPTU+

+ Benefícios + Melhorias + Avanços

**Fique atento ao vencimento da última parcela.**

FINAL DA INSCRIÇÃO	QUARTA PARCELA
1 e 2	23/08
3 e 4	24/08
5 e 6	25/08
7 e 8	26/08
9, 0 e X	27/08

Boletos disponíveis no Portal da Receita. Acesse [www.receita.fazenda.df.gov.br](http://www.receita.fazenda.df.gov.br) ou baixe o app **Economia DF**.

Acesse com a câmera do celular:

Secretaria de Economia

**GDF**  
É tempo de ação.